

Último CO do ano aprova Orçamento 2020 com início de retomada da carreira e pagamento parcial de índices salariais atrasados

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um resumo das principais discussões feitas na última reunião do Conselho Universitário (CO) em 2019, realizada em 18/12/2019. O orçamento para 2020 foi o principal e mais longo assunto abordado. Como o Sintunesp mostrou em boletins anteriores, a reitoria havia iniciado a tramitação do tema de forma atropelada, divulgando sua proposta antes mesmo da discussão pela Comissão de Orçamento do CADE, o que gerou muitas críticas desde então. A proposta aprovada no último CO do ano, como veremos a seguir, é aquela debatida e apresentada pela Comissão de Orçamento do CADE.

É importante destacar que o CO tem sido palco, nas últimas reuniões, de debates mais críticos e com cobranças de um funcionamento mais democrático nos rumos da Universidade.

Boletim econômico

O professor José Roberto Ruggiero, assessor-chefe de Planejamento e Orçamento da Unesp, fez uma explanação sobre as finanças da Universidade, a partir dos dados constantes no *Boletim Econômico Propeg 17*. Ele iniciou dizendo que as notícias são boas, que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,6% no terceiro trimestre de 2019, em relação ao segundo trimestre, com destaque para o crescimento dos setores de serviços, indústria e mineração. Ruggiero destacou que a inflação (IPCA) acumulada no período de janeiro a novembro de 2019 ficou em 3,12%, com destaque para uma alta em novembro (0,51%), puxada pelo aumento de preços de alimentos (especialmente as carnes), energia elétrica e loterias. Disse que o comprometimento com a folha de pagamento ficou em 86,86% do total do ICMS recebido até novembro de 2019, e que a previsão de fechamento da folha deve ficar em 89,3%. Por fim, Ruggiero destacou que, no período da atual gestão, pela primeira vez os saldos mensais acumulados foram positivos em todos os meses de 2019 até o momento.

Encerrado o informe, houve espaço para perguntas. Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações apresentaram alguns questionamentos. O primeiro deles é se a Unesp já saiu da crise financeira e orçamentária e da insuficiência financeira, que é a diferença entre o que se arrecada com contribuições previdenciárias e o que se paga em aposentadorias e pensões. Ruggiero respondeu que a situação melhorou, mas que é preciso manter a cautela, pois saímos da situação crítica graças ao aporte de R\$ 83 milhões referentes aos servidores da ativa do Hospital das Clínicas de Botucatu, e que a prioridade é o pagamento dos salários.

Os conselheiros perguntaram se a equipe econômica estava se preparando para a possibilidade de o repasse de R\$ 83 milhões diminuir, caso haja uma debandada de aposentadorias dos servidores do Hospital das Clínicas. O reitor Sandro Valentini



Reunião do CO em 18/12: Conselheiros inscrevem-se para falar

quis responder a essa pergunta e fez uma longa fala a respeito. Disse que, após a aprovação da lei que garantiu o repasse, começou um “burburinho na comunidade”, de que o valor poderia ser menor. Segundo o reitor, a primeira etapa foi conseguir a verba para os salários dos servidores da ativa (644) do Hospital e que, a partir de agora, a equipe vai trabalhar para conquistar o ressarcimento dos pagamentos dos inativos, mas que isso implicará num “novo e longo trabalho”.

Por fim, conselheiros indagaram se haverá uma folga orçamentária e financeira para honrar a dívida da Unesp com seus servidores, relativa aos índices do Cruesp não pagos em 2016 (3%) e em 2019 (2,2%), que totalizam 5,27%. O professor Ruggiero reiterou que a prioridade é o pagamento dos salários e 13º salário em dia, e conforme consta na proposta orçamentária para 2020, fazer a quitação de 3% no próximo ano. Quanto ao restante, de acordo com Ruggiero, “é muito difícil”. Novamente o reitor quis completar a resposta, dizendo que não existe folga no orçamento, que pela primeira vez na sua gestão haverá um final de ano mais tranquilo, pois o 13º salário foi pago, não tendo que acionar o corpo jurídico da reitoria para responder a eventuais ações do Sintunesp e da Adunesp, o que é “um alívio” para ele.

Frente às afirmações do reitor de que está satisfeito por ter colocado a casa “em ordem”, é preciso ressaltar que isso se deve, em grande medida, ao não repasse inflacionário devido aos trabalhadores desde 2015 (em torno de 20%), à suspensão das carreiras, à não contratação, entre outros.

Antes do início da Ordem do Dia, conselheiros do Chapão solicitaram uma questão de ordem, pedindo que a mesa cumpra o Regimento das sessões do Conselho Universitário, destacando que ele necessita de uma atualização e revisão, propondo a criação de uma comissão para isso. O reitor concordou com a proposta e so-



licitou aos conselheiros que formularam a proposta que enviem à Secretária Geral as eventuais alterações para serem discutidas no próximo CO, em fevereiro de 2020.

Orçamento para 2020

O assessor Rogério Buccelli fez uma breve apresentação da proposta, com ênfase a alguns destaques feitos pela Comissão de Orçamento do CADE:

- a) Garantir, no orçamento de 2020, o empenho orçamentário das folhas de pagamento (14,33) dos meses de dezembro/2019, os 12 meses do ano de 2020, 1/3 de férias e 13º salário;
- b) Garantir o custeio das unidades universitárias sem o contingenciamento;
- c) Garantir 3% de reposição salarial, após assegurado o item “a”;
- d) Consignar R\$ 2.854.494,00 na Fonte Tesouro do Estado, referente à Promoção por Escolaridade de 791 servidores.

Aberta a discussão, houve muitos inscritos e o debate foi longo. Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações fizeram uma menção honrosa ao professor Cláudio Paiva, presidente da Comissão de Orçamento do CADE, por suas elogiáveis postura e conduta frente à Comissão, inovando e criando uma nova sistemática de trabalho, nos auxiliando em eventuais demandas, como a da Carreira, na qual alterou a rubrica do pagamento da promoção de escolaridade na Fonte Receita Própria para Fonte Tesouro, o que dará mais celeridade ao pagamento. Disseram que nosso segmento sempre apresentou emendas ao Orçamento, porém, entendendo a nova postura da Comissão de Orçamento, que atendeu parte de nossos pedidos, votamos a favor da proposta no CADE.

Em relação ao pagamento da Escolaridade, os conselheiros lembraram que se trata de uma dívida que a Unesp tem com os técnicos-administrativos, e que estava prevista uma rubrica de R\$ 2 milhões no orçamento de 2019, não cumprida pela reitoria. Havia sido feito um acordo com os membros do Grupo da Carreira, para o pagamento da Promoção por Escolaridade devida em três anos (2020, 2021 e 2022), com previsão total de R\$ 6 milhões de custo. O pagamento previsto para 2020 é um avanço, mas os conselheiros do Chapão enfatizaram que a nossa Carreira ainda está TRAVADA. Assim, a previsão do Grupo de Trabalho da Carreira é a de apresentar e deliberar uma nova proposta e modelo de carreira até junho de 2020.

O reitor interveio na discussão dizendo que o assunto foi debatido em diversas reuniões com representantes do Sintunesp e do próprio Grupo de trabalho, que ele quer destravar a nossa carreira, que a dos servidores está mais adiantada do que a dos docentes, que não acha justo ter somente um braço da carreira dos docentes ativo (concursos de livre docente e titular). Por tudo isso, o reitor disse achar justo pagar parte da promoção em 2020, e espera aprovar ainda na sua gestão um novo modelo de Carreira que valorize o servidor por meritocracia.

Após indagado quando seria paga a Promoção por Escolaridade, o reitor pediu para o professor Büll responder. Este, por sua vez, disse que devido às dificuldades de início do ano, a previsão será de pagar no quarto dia útil de abril de 2020.

Os conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações ressaltam que, após muita luta, temos uma vitória parcial, mas que em 2020 devemos manter uma postura firme para que a Carreira retorne e atenda aos anseios do nosso segmento. Eles lembraram que 2019 foi um ano de muita luta, começando com a batalha pelo 13º salário, agradecendo pelo empenho dos sindicatos – Sintunesp e Adunesp -, que lutaram juntos, enfatizando que iremos

continuar com nossa luta incessante em defesa dos trabalhadores e pela Universidade.

A proposta de Orçamento para 2020, na forma vinda da Comissão de Orçamento do CADE, foi aprovada com 71 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. A proposta prevê a contratação de 50 servidores técnico-administrativos e 100 servidores docentes (em regime parcial de 24h, o chamado RTC, bastante criticado por conselheiros do Chapão da Adunesp).

Nota da redação: Em matéria divulgada no portal da Unesp (<https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35394/conselho-universitario-aprova-orcamento-com-150-contratacoes>), em 19/12, é dito que: “O Orçamento também prevê o pagamento de **até 3%** de reajuste salarial relativo a parte dos percentuais dos dissídios pactuados pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) em 2019 e 2016 e não pagos aos servidores da Unesp.”

Ressalte-se que o texto aprovado na reunião do CO em 18/12 é explícito em dizer “3%” e não “até 3%”, como menciona a matéria da reitoria. Esperamos que a reitoria cumpra o aprovado no órgão máximo da Universidade.

Vale transporte

A partir do final de novembro, os responsáveis pelo RH de algumas unidades passaram a encaminhar uma mensagem eletrônica da CGP, sobre Vale Transporte, comunicando que não mais será pago nos períodos de recesso e emendas de feriado. Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações fizeram constar em ata na reunião do CO de 18/12 que esta medida é uma opção pelo arrocho da remuneração dos trabalhadores e, neste caso, com o agravante de atingir a camada que recebe os menores salários desta Universidade.

Vale destacar que o próprio Ofício Circular RUNESP estabelece a reposição destas horas relativas aos feriados (emendas) e recessos, além de ser uma determinação à qual não nos cabe outra opção (não podemos trabalhar quando não há expediente). Os conselheiros também questionaram à própria CGP, que seria a Gestora de Pessoal, quanto ao cálculo do total de Vales Transportes devidos, pois a concessão seria feita em razão de uma média anual, que resulta em 22 vales mensais, independentemente do número de dias trabalhados naquele mês, com destaque para as diferenças entre um mês de fevereiro com Carnaval ou um longo mês de agosto sem descanso.

Por fim, solicitaram que seja disponibilizado o estudo de impacto financeiro desta “economia” no orçamento da Unesp, bem como uma análise do grau de desmotivação causado entre os servidores atingidos por mais este arrocho determinado pela reitoria.

PDI

A pretensão da reitoria de aprovar um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), sem que tenha sido feita nenhuma discussão mais aprofundada nas unidades, foi rejeitada pela maioria dos membros do CO. Assim, foi aprovado que o atual PDI fica prorrogado por dois anos (até 2021) e terá início um processo de debate com a comunidade para construção de uma nova proposta.

Pontos adiados

Devido ao adiantado da hora, com o prolongamento dos debates sobre o orçamento 2020, alguns pontos previstos na pauta foram remetidos para a reunião do CO em fevereiro.